


Corpo, ciência e política na perspectiva de gênero, sexualidade, raça e classe

Body, science, and politics from the perspective of gender, sexuality, race, and class

Ana LOLE*

 <https://orcid.org/0000-0003-2991-3594>

Carla Cristina Lima de ALMEIDA**

 <https://orcid.org/0000-0002-8828-4997>

Resumo: Explora o discurso aparente em torno do corpo que visa a restringi-lo aos referenciais da tecnociência moderna. Nesse sentido, tem por objetivo desvelar as relações de poder que atravessam os conhecimentos sobre o corpo, evidenciando sua centralidade para o entendimento social, político e subjetivo do mundo. Com esse objetivo, realizamos um estudo de caráter bibliográfico com aproximações a algumas políticas sociais no campo dos direitos sexuais e reprodutivos. Afirma que o corpo tem sido central para as estratégias de poder e moralização de alguns segmentos lidos sob as marcas de gênero, sexualidades, raça e classe. Por meio do corpo, expressam-se diferenças e desigualdades da vida em sociedade. Apesar de na sociedade moderna capitalista se verificar as marcas do controle social, buscamos observar o corpo também na sua potencialidade de resenhar o mundo e de produzir resistências e inventividade.

Palavras-chave: Corpo. Gênero, Raça e Classe. Desigualdades sociais.

Abstract: This article explores the language around *the body* which aims to restrict it to the references of modern technoscience. It also aims to reveal the power relations that permeate knowledge about the body, highlighting its centrality in the social, political and subjective understanding of the world. A bibliographical study was carried out approaching social policies in the field of sexual and reproductive rights. It affirms that the body has been central to the strategies of power and moralisation of some segments of the population, particularly in regard of gender, sexualities, race, and class. The differences and inequalities of societal life are expressed through the body. Although the marks of social control can clearly be seen in modern capitalist society, we also seek to observe the potential of *the body* to alter the world, and to produce opposition and inventiveness.

Keywords: Body. Gender. Race and Class. Social inequalities.

Submetido em: 29/8/2022. Revisto em: 2/2/2023 e 24/2/2023. Aceito em: 26/2/2023.

* Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio, Rio de Janeiro, Brasil). Rua Marquês de São Vicente, nº 255, Vila dos Diretórios, casa 209, Gávea, Rio de Janeiro (RJ), CEP 22.451-041. E-mail: analole@gmail.com.

** Assistente Social. Doutora em Ciências Sociais. Professora Associada Aposentada da Faculdade de Serviço Social e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). Rua São Francisco Xavier, nº 524, 8º andar, Bloco D, Maracanã, Rio de Janeiro (RJ), CEP 20.550-900. E-mail: carlacristina.almeida@yahoo.com.br.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2023 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Introdução

O texto explora o modo como o corpo ascende na sociedade capitalista moderna. Evidenciamos, a partir desse contexto, a aparência de neutralidade científica e de invisibilidade atribuída aos corpos que desvela em seu procedimento o quanto a classificação e a hierarquização estão na chave das definições das políticas de vida e de morte nos Estados modernos. Por meio dessa relação, emerge a divisão sociossexual, racial e étnica do trabalho, que expressa desigualdades de classe, gênero, sexualidades, raça-etnia, territorialidades, entre outras dimensões da vida social. Cabe mencionar, em acordo com Nogueira e Passos (2020), que o conceito de divisão sociossexual e racial do trabalho visa ampliar a discussão sobre divisão sexual do trabalho. A divisão sexual do trabalho traz à luz o modo como homens e mulheres estão envolvidos em relações sociais específicas que atribuem não apenas distinções, mas sobretudo valorações com prejuízo para as mulheres. Tais relações ganham materialidade na divisão social do trabalho, que passa a ser compreendida como divisão sexual do trabalho. Nogueira e Passos (2020) consideram que as relações desiguais, hierarquizadas e de exploração operam em várias dimensões desde o gênero, sexualidade, raça, etnia, questões geracionais, etc. Desse modo, o conceito de divisão sociossexual e racial do trabalho visa articular todas essas dimensões.

Esse debate nos remete ainda às contribuições do conceito de interseccionalidades, formulado por feministas negras estadunidenses (COLLINS; BILGE, 2021; DAVIS, 2016; LORDE, 2019; hooks¹, 2019), e também presente nas formulações do feminismo negro brasileiro, ainda que não necessariamente sob essa denominação (GONZALEZ, 2018; BAIROS, 1995; CARNEIRO, 2019; AKOTIRENE, 2019). Por meio dessa formulação, buscavam evidenciar as desigualdades e opressões que atingiam mulheres negras de formas específicas em relação às situações vivenciadas pelas mulheres brancas. Mostravam, com isso, que o entrecruzamento de diferentes marcadores sociais, como raça, sexualidade e classe, fazia a diferença na abordagem dos fenômenos sociais e eram cruciais no estabelecimento das formas de resistências e lutas feministas.

Num segundo momento, buscamos analisar de que modo políticas públicas em diferentes setores se tornam o encontro entre normatização da vida privada por meio da moralização dos corpos – baseadas em ideais familistas, higienistas e eugenistas – e a disputa pelo reconhecimento e efetivação de direitos.

O corpo é, portanto, lugar político onde se expressam questões éticas complexas para o trabalho do Serviço Social. Em meio ao neoconservadorismo e neofascismo na atual conjuntura, a emersão de políticas antigênero e contrárias à livre expressão da sexualidade são importantes indicadores das forças reacionárias que atacam as possibilidades de conquista da emancipação humana.

Maquinações sobre corpos e sujeitos em meio à racionalidade moderna

Para Orlandi (2004), quando Espinosa proferiu a frase “até o presente, ninguém determinou o que pode um corpo, porque não conheceu a estrutura do corpo”, no livro *Ética III,2*, escólio

¹ O nome da autora bell hooks será mantido em minúsculo pois a mesma, como posicionamento político e em homenagem a sua avó, assina e requer suas referências como tal.

(apud ORLANDI, 2044, p. 5-6), apresentou um susto na tradição do pensamento filosófico ao enunciar pela primeira vez a ideia do corpo como algo que se impõe. Com o advento da sociedade capitalista moderna, o corpo é tratado como estrito objeto da ciência, passa a ser definido por suas funções e por ser produto da ação de outros corpos que o afetam. E para falar dele serão organizados muitos saberes especializados, a partir de uma linha de raciocínio que o aborda a partir de suas propriedades, características e funções específicas.

A dissecação dos corpos, de acordo com Le Breton (2003), é o processo que concretiza a separação do homem com seu corpo, “[...] empreendimento iconoclasta dos primeiros anatomistas que rasgam os limites da pele para levar a dissecação a seu termo no desmantelamento do sujeito” (LE BRETON, 2003, p. 17). Entretanto, como alerta Duarte (1999), o fisicalismo decorrente da separação corpo e alma do modelo cartesiano é uma teoria da pessoa, visto que a consideração da corporalidade em si é uma dimensão do humano. Isso ocorre porque, nesse modelo, se há separação corpo e alma, há também união, a ideia da experiência do corpo como meu. Em suma, o corpo fala de um sujeito.

Esse mesmo corpo, objeto da ciência, é alvo de curiosidades e investigações, mas é sobretudo tomado como uma máquina, uma máquina maravilhosa. Le Breton (2003, p. 19) interpreta essa ideia como ambígua, pois “não se compara a máquina ao corpo, mas o corpo à máquina” (LE BRETON, 2003, p.19), de modo que ele ganha valor na medida em que se acopla ou se subordina à máquina. A metáfora mecanicista serve à nascente sociedade industrial e evidencia a falibilidade do corpo humano, que deve ser corrigido, consertado, transfigurado. O corpo é apenas um invólucro mecânico, pois a essência do homem reside no pensamento. O corpo envelhece, pode sofrer danos irreparáveis, é uma coleção de órgãos e funções potencialmente substituíveis.

Essa noção antecipa muito de nossas experiências contemporâneas com o corpo, tendo em vista as intensas interferências nele produzidas pela tecnociência. Organismos híbridos, como os *cyborgs* (HARAWAY, 2019), próteses e diversas formas de reposição do corpo humano têm sido tratados na perspectiva da perfectibilidade, posto que a máquina é estável, fixa, igual e potencializa as capacidades físicas e de sobrevivência. Basta pensarmos nas diversas terapias e tecnologias médicas, como transplante de órgãos, hemodiálises, marcapassos, terapias hormonais, tecnologias reprodutivas, entre outras. A ideia de perfectibilidade também está presente nas demandas de mulheres por cirurgias plásticas², evidenciando que o modelo de corpo perfeito, segundo um padrão estético dado (branco, cisgênero, hetero, europeu), restringe diretamente as mulheres. A perfectibilidade como um valor atinge o coração da sociedade moderna com seus ideais de progresso e evolução da espécie, marca da superioridade humana em relação à natureza.

Problematizar o corpo, questionando sua função na sociedade capitalista moderna, tem sido uma importante estratégia para a produção de rupturas com normas sociais em torno dos sujeitos marcados por gênero e sexualidade. Estes legados se fundamentam na ideia de que natureza e cultura seriam coisas distintas, mas que a cultura resultaria de certas definições dadas pela natureza, por exemplo, a definição sexual que marcaria nossos corpos.

² A Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica (ISAPS) contabilizou que 13,1% das cirurgias plásticas realizadas no mundo em 2019 ocorreram no Brasil, e a maioria dos procedimentos acontecem em mulheres na faixa etária dos 35 aos 50 anos (SEGUNDO dados, 2021).

Particularmente no contexto da saúde, predominam visões biomédicas do corpo, acentuam-se leituras que estabelecem dicotomias entre natureza e cultura, como aponta Laqueur (2001, p. 18): “[...] na lente epistemológica do Iluminismo, [...] o mundo físico – o corpo – aparece como ‘real’, enquanto seus significados culturais são epifenômenos” (LAQUEUR, 2001, p. 18). Além desse aspecto, é importante mencionar as contribuições das teses do autor para elucidar as construções sociais dos corpos na perspectiva de gênero e sexualidade. Laqueur evidencia em suas pesquisas que a ciência moderna participou da invenção do sexo, configurando uma lógica que reforça a heterossexualidade e cisgeneridade como padrões naturais. No século II d.C., as mulheres eram consideradas homens em essência, pois seus corpos seriam incompletos pela ausência de um calor vital, responsável pelos seus órgãos não terem se desenvolvido plenamente em direção ao meio externo. A partir do século XVII, os discursos sobre o corpo passam a evidenciar a natureza contrastante, diferencialista e complementar entre os sexos, binariamente descritos como masculino e feminino. Essa lógica é responsável pelos fundamentos que naturalizam hierarquias e desigualdades entre homens e mulheres na sociedade moderna.

Martin (2006), a partir de uma perspectiva feminista sobre a ciência, evidencia que as categorias científicas de descrição médica do corpo não são neutras. Martin (2006) articula as formas de se falar do corpo a eventos sociais mais amplos, como o nascimento do capitalismo, cuja etapa de industrialização fornece metáforas importantes para os modelos científicos que falam do corpo³.

Segundo Martin (2006), nas descrições médicas dos corpos há uma expansão das metáforas da produção para os domínios da reprodução. Além dessas descrições serem baseadas no sistema produtivo, articulam hierarquias de poder na definição das diferenças, capacidades e possibilidades dos sujeitos que convergem para a ideia de que estão sempre demarcados pelo binarismo – homem e mulher. Questões como intersexualidade e transexualidade são desconsideradas, incomodam porque apontam a insuficiência da descrição dos corpos num enquadramento binário e dicotômico, ou seja, duvidam que classificações como masculino e feminino sejam capazes de expressar as diversas dimensões dos sujeitos.

A racionalidade científica moderna, que cinde ao meio corpo e razão, também opera por esquemas classificatórios binários, contribuindo, no plano do gênero e da sexualidade, para a fundamentação da ordem cisheteronormativa. Corpos que escapam a essa disciplina são submetidos a regimes de invisibilização, considerados menos humanos e não raro expostos a práticas de destruição. Como afirma Butler (2017, p.22), “[...] há um resto de ‘vida’ – suspenso e espectral – que ilustra e perturba cada instância normativa da vida”. E nada garante que essas vidas fora do enquadramento, para usar um termo da autora, consideradas precárias serão protegidas ou terão garantidas suas condições de sobrevivência e prosperidade.

Queremos mostrar que o corpo, a sexualidade e o gênero fazem parte de um fenômeno social e histórico. Como afirma Weeks (1999, p.38), “[...] a sexualidade tem tanto a ver com nossas crenças, ideologias e imaginações quanto com o nosso corpo físico”. Estudiosos buscaram

³ O surgimento da cesariana foi festejado no discurso médico como a melhor forma de produzir bebês perfeitos; assim como a palavra utilizada para designar o nascimento é trabalho de parto, referência à atividade laboral. Descrições sobre a menopausa que lembram a metáfora do corpo como um pequeno negócio, ou sobre o órgão masculino, cujos espermatozoides teriam capacidade inesgotável de produção.

mostrar as relações corpo-mundo de muitos modos. Para Marcel Mauss, por exemplo, as atividades corriqueiras como andar, sentar, comer, higienizar-se, relacionar-se sexualmente, dormir são exercidas de formas tão diversas quanto são as culturas e não derivam exclusivamente de necessidades fixas da anatomia e fisiologia. Merleau-Ponty (GARCIA, 2008), ao chamar a atenção para o corpo vivido, acentua que ele estaria em circuito com o mundo, pois é naturalmente incompleto. Nietzsche diz que toda cultura é um modo de criar determinados corpos (GARCÍA, 2008).

A sociedade moderna capitalista, em seu elogio à liberdade individual, opera com base numa hierarquização que oprime e explora determinados corpos, colocando em curso desigualdades a partir de divisões sociosexuais, raciais e étnicas. Nos argumentos de Varikas (2014), nota-se a relevância do corpo como referência para a definição dos párias. Cor da pele, sexo, odores são alguns indicadores de como o corpo opera como importante descritor de hierarquização social e de desigualdades.

A ‘lenda da sujeira’, ‘o odor acre dos judeus que provoca náuseas nos cristãos’, o ‘odor de lupanar’ que arrasta cada mulher que atravessa as fronteiras da hierarquia de gênero, ‘o odor penetrante do negro, sobretudo no verão’, a que se refere o proclamador alemão do darwinismo social, Alfred Ploetz, ou ainda o ‘odor’ de alguns bairros de Paris, fustigados por um de nossos presidentes da República, certamente são preconceitos, mas operam como verdadeiras linhas de demarcação entre o puro e o impuro, suscitando práticas de segregação e estigmatização (VARIKAS, 2014, p. 80).

O corpo funciona como instância onde se localiza a regulação das relações sociais e exercício do poder. Essa operação é invisibilizada, como vimos demonstrando, no discurso técnico-científico que investe nesses corpos sob a aparência de neutralidade, promovendo uma separação entre aquilo que ocorre na realidade física e o conjunto da existência dos sujeitos. Paradoxalmente, na vida comum esses corpos são apreendidos muito rapidamente como pertencentes a algum lugar social – são corpos de mulheres, negros, gays, transexuais, crianças, jovens e velhos, pobres, migrantes –, mesmo quando isso não precise ser diretamente enunciado. Associadas a essa apreensão das vidas corporificadas, são definidas relações de poder sobre aquilo que um corpo pode e o valor que ele tem.

No exercício de pensar como essas maquinações sobre os corpos invadem o campo das políticas públicas, nos valem do estudo de De Zordo (2004) ao analisar “[...] o racismo implícito na aplicação dos primeiros programas de ‘planejamento familiar’, os conflitos relativos à representação do gênero e os conflitos de classe [que] se inter-relacionam e têm que ser lidos em conjunto para se ter uma visão de uma realidade tão complexa” (DE ZORDO, 2004, p. 15).

A autora se refere a corpos marcados por gênero, sexualidade, classe e raça para os quais se dirigem prioritariamente certas práticas e tecnologias de gestão da vida, da saúde e da doença, que articulam representações de gênero e sexualidade nem sempre possíveis de se realizar. Esse é o caso dos jovens do sexo masculino que veem longe o acesso ao trabalho e à titulação de provedores exclusivos das famílias que virão a constituir. Além de gênero, sexualidade e raça, o deslocamento dos corpos da periferia aos centros onde se localizam serviços e saberes atrai novos tipos de desigualdades, aquelas que empurram de volta para a periferia homens cisgêneros ou trans, lésbicas, travestis e mulheres trans, entre outros.

Poderíamos também articular outros marcadores de diferença e desigualdades, como o capacitismo que envolve uma série de restrições de direitos de pessoas com deficiências. Nesse sentido, o conceito de interseccionalidade é importante instrumento de aprofundamento crítico dos efeitos de relações sociais baseadas na exploração, dominação e opressão, como é o caso das sociedades capitalistas modernas. Para Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade tem uma contribuição relevante para interconectar e inter-relacionar aspectos que se apresentam como separados e opositivos. Os efeitos dessas conexões podem ser fundamentais para a práxis política, à medida que, como destacam Collins e Bilge (2021, p. 266), “[...] os estudos interseccionais põem em questão formas de pensamento relacional binário que opõem a teoria à prática ou os estudos ao ativismo”.

É nosso propósito mostrar que essa visibilidade de corpos negros, pobres, jovens, de homens e mulheres contrasta com a suposta neutralidade com que os discursos médicos-científicos se dirigem a eles. A narrativa genérica sobre esses corpos “nos fala de um corpo neutro, sempre aberto e pronto a ser fecundado, sem vontade própria e sem limites. Um corpo que tem que ser controlado e regulamentado” (DE ZORDO, 2004, p. 2). Isso porque “[...] com ele podem se reproduzir todos os defeitos físicos, psíquicos, morais e sociais da Nação” (DE ZORDO, 2004, p. 2).

Ainda nos regimes de (in)visibilizações, também o estudo de Almeida (2005) denuncia que de forma “[...] ainda mais acentuada que a sexualidade feminina heterossexual, a homossexualidade feminina tendeu à invisibilidade na sociedade brasileira e frente ao discurso médico-ginecológico” (ALMEIDA, 2005, apresentação). Oliveira (2019, introdução) dando segmento a esse debate, revela “[...] o desconhecimento de demandas e pouca produção de dados sobre a população lésbica na área de saber de serviço social; [bem como] dificuldades de profissionais da saúde ao lidar com as sexualidades fora da norma” (OLIVEIRA, 2019, introdução). Gomes (2015) argumenta que “[...] a sexualidade tende a ser psicologizada e compreendida como um fenômeno do campo das ciências da natureza e da psique apenas, e não como um fenômeno produzido e regulado no âmbito das relações sociais [...]” (GOMES, 2015, p. 150), o que traz muitos prejuízos para a ampliação do escopo da análise e da intervenção profissional.

Perguntar pelo que pode um corpo significa não apenas reconhecer as interdições, impedimentos, mas também observar as potências. Nessa direção, são debatidas as possibilidades de produção de sujeitos coletivos e lutas por reconhecimento de direitos. Duarte (2008), discorrendo sobre Agamben, diz que: “[...] só pode haver uma verdadeira comunidade política em se tratando de seres que não são em ato, que não são já de saída isto ou aquilo, que não possuem uma identidade que lhes tenha sido pré-designada” (DUARTE, 2008, p. 86).

Políticas sexuais, moralização da vida e neoconservadorismo

Rubin (2017) afirma que o sexo sempre é político. O campo da sexualidade é atravessado por interesses diversos e manobras políticas que vão se refletir sobre as instituições e práticas concretas da sexualidade. “Mas há também períodos históricos em que as discussões sobre a sexualidade são mais claramente controvertidas e mais abertamente politizadas” (RUBIN, 2017, p. 64). Esse parece ser o caso do Brasil, após o golpe parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Rousseff do poder em 2016, em seu segundo mandato para o qual foi democraticamente eleita. A condução do poder federal pelo vice-presidente Michel Temer e, na sequên-

cia, a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República reuniram as condições de fortalecimento de grupos militares e paramilitares alinhados ao fascismo, tendo a pauta de costumes como agenda prioritária de governo.

O discurso de direita e extrema direita, no Brasil, se apropria das formulações no campo das questões de gênero e sexualidades e realiza a crítica conservadora com vistas à aquisição de hegemonia burguesa. Vale destacar que nesse campo são visíveis muitos avanços contra-hegemônicos nos últimos anos, embalados por lutas e resistências de grupos subalternizados que deram sustentação ao sonho de uma sociedade justa, equitativa e livre, impedindo a destruição ainda maior de conquistas nos direitos sexuais e reprodutivos. Não é de se admirar que sejam duramente atacados no projeto ultraliberal conservador do governo de Jair Bolsonaro e de seus seguidores.

Frente a esse quadro neofascista, pesquisadoras como Corrêa (2018) e Marafon (2018) designaram como políticas antigênero o conjunto de movimentações de cunho autoritário e conservador nesse campo, que evidencia um projeto elaborado de sustentação de uma sociedade classista, misógina, étnico-racista e lgbtfóbica, articulando profundas desigualdades sociais e econômicas.

As formulações da agenda antigênero desse período no Brasil são motivadas, de um lado, pela força política e econômica de grupos conservadores ancorados no fundamentalismo religioso, sobretudo, católico e neopentecostal (MISKOLCI, 2018; SARAIVA, 2017; CORRÊA, 2018; MIGUEL, 2016; MARAFON, 2018), que manejam seus interesses político-econômicos e, vale frisar, articulam vontades e valores morais, pilares da sociedade capitalista burguesa. De outro lado, essa agenda antigênero é impulsionada pela conversão dos valores acerca das questões de gênero e de sexualidade em pautas de cunho moralista e conservador. Conforme já afirmamos em outra ocasião:

O investimento na formulação e transformação do ‘desejo’ e da ‘vontade’ em ação política é tarefa central nos regimes neofascistas. Assim, cabe observar que gênero e sexualidades, interseccionados por raça e classe, compõem um campo. Para ele convergem: desejo, vontade, modos de fazer a vida andar, corpos que precisam ser regulados, normatizados para que movimentem toda uma economia do trabalho e da sociabilidade (LOLE; ALMEIDA, 2020, p. 129).

Segundo Corrêa (2017)⁴, a mobilização conservadora sobre gênero e sexualidade vem se gestando há longo tempo e pode ser observada nas mobilizações em torno das Conferências Internacionais da década de 1990, como a ECO 92 (realizada na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, em 1992), as Conferências de Viena (realizada em Viena, em 1993), Cairo (realizada na cidade do Cairo, Egito, em 1994) e Beijing (realizada na cidade de Beijing, Pequim, capital da China, em setembro de 1995)⁵.

⁴ Palestra intitulada “‘Ideologia de Gênero’: rastros perdidos e pontos cegos”, proferida pela pesquisadora feminista Sonia Corrêa no Seminário Gênero Ameaça(N)do, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em outubro de 2017.

⁵ Para conferir as análises sobre o modo como gênero foi tensionado ao longo das Conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) nos anos 1990, consultar Corrêa (2018) e a série de publicações do Observatório de Sexualidad y Política (SPW), projeto sediado na Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA), sob coordenação de Sonia Corrêa e Richard Parker. O termo ideologia de gênero se fundamenta nas formulações de Dale O’Leary, militante pró-vida, vinculada à Opus Dei, que participou das Conferências

Ao longo do período, contudo, ocorreram inúmeras articulações de movimentos diversos – LGBTQIA+, feministas, negros – que impulsionaram novos arranjos institucionais e políticos na defesa e ampliação de direitos a esses grupos. Os movimentos apresentaram muitas mudanças do ponto de vista de sua composição, das estratégias políticas e dos intensos debates que animaram a organização coletiva. Uma característica marcante identificada entre estudiosos (PINTO, 2003; IRINEU, 2014; ÁLVAREZ, 2014) é o processo de onguização que atravessou a relação da sociedade civil com o poder estatal, especialmente ao longo dos anos de 1990 e início de 2000. Este fenômeno descreve a dependência mais ou menos intensa desses coletivos a financiamentos externos, nacionais e internacionais, e a prestação de serviços aos governos. Problemas de toda ordem podem ser localizados como exemplos: a autonomia desses grupos, o esmaecimento do sentido político e contra-hegemônico das suas ações e os questionamentos acerca da substituição das funções precípua do Estado. Outra discussão levantada diz respeito a um hiperdimensionamento do papel que a política social pode efetivamente alcançar na defesa e garantia de direitos dos grupos historicamente mergulhados em profundas desigualdades sociais, as quais implicam mudanças de ordem estrutural.

Os dilemas presentes nessa aposta no arcabouço das políticas sociais estatais não tardam a se evidenciar. Irineu (2014) mostra que, apesar de conquistas quanto à inserção das demandas LGBTQIA+ no âmbito das políticas públicas, verifica-se a “[...] ineficácia destas respostas governamentais frente aos altos índices de violência letal a essa população, após os dez anos de lançamento do Programa Brasil sem Homofobia (BSH)” (IRINEU, 2014, p. 158). Lole e Almeida (2017) destacam, no que se refere às políticas para as mulheres, “[...] a presença do conteúdo *familista* e a *feminilização* das políticas no campo da saúde, educação e assistência social, evidenciando sua contribuição para a reafirmação de tradicionalismos nas dinâmicas de gênero” (LOLE; ALMEIDA, 2017, p. 47).

O jogo contraditório das políticas sociais, historicamente articuladas às estratégias de manejo da luta de classes e das forças reivindicatórias que daí emergem, gera uma dinâmica de avanços e retrocessos, concessões e conquistas que tensionará o desenho das lutas e os rumos dos movimentos. Essas contradições também se expressam no trabalho do Serviço Social, que encontra resistências na efetivação de uma perspectiva ético-política que represente a emancipação dos sujeitos em suas diversas dimensões.

Agrega-se a essas tensões o enrijecimento conservador que atravessa o período dos governos Temer-Bolsonaro, mas que já se expressava nas resistências à agenda anti-homofobia (veto ao *Kit Escola sem Homofobia*, em 2011); na exclusão do conteúdo de gênero e sexualidade dos Planos de Educação nas diversas instâncias de governo, em 2014; nas pressões pela votação do Estatuto do nascituro, em 2014; e do Projeto de Lei n. 6583/2013, conhecido como Estatuto da Família, preconizando o modelo nuclear da família burguesa. Em 2016, no marco da reforma administrativa do governo Temer, ocorre a extinção da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e Secretaria Especial de Promoção de Políticas da Igualdade Racial (SEPPIR). Destacamos nesse conjunto de ações neoconservadoras o Projeto de Lei (PL) nº 246/2019, que institui o *Programa Escola sem Partido*, no qual a principal questão filosófica é a neutralida-

de Cairo e Beijing, e em 1997 publicou um livro chamado *The Gender Agenda* em que acusa a ONU de formular políticas públicas de gênero. Corrêa (2018) utiliza o termo feminismo radical e faz ataques e críticas ao feminismo e, particularmente, à teoria *Queer* de Judith Butler, alegando ferirem os princípios da família natural e da moral, com efeitos perniciosos sobre as crianças.

de, demonstrada em seus argumentos de que devemos educar de maneira neutra. Enquanto isso, esse projeto propaga de forma sutil a sua própria ideologia, a qual está atrelada ao conservadorismo e à extrema-direita.

A presença do conservadorismo religioso de diferentes crenças se observa disseminado nas instâncias políticas legislativas e institucionais, destacando-se a grande bancada evangélica no planalto, a nomeação de Damares Alves, uma pastora, para o então Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Bolsonaro e o slogan adotado por ele na campanha presidencial de 2018: *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*. Aliás, a eleição presidencial de Jair Bolsonaro cruzou, como diz Corrêa (2018), a expansão do neoliberalismo com a ideologia de gênero como pedra angular da guinada à direita da política brasileira.

O movimento antigênero utiliza-se do termo ideologia de gênero para tentar mostrar uma suposta destruição da família com a inserção de pautas de gênero e sexualidade nas políticas públicas. Contudo, isso não impediu que muito das energias de combate tenham se voltado para a configuração de um sistema de proteção social estatal formado por um conjunto de políticas públicas que tomavam desigualdades de gênero, sexualidade e raça-etnia como problemas a serem enfrentados. Nesse sentido, questões de gênero, sexualidade, raça e classe estão a todo o tempo interconectadas aos programas sociais e institucionais que se tornam campos de disputas relevantes na defesa de direitos sociais.

Argumentamos que esse conjunto de movimentações aqui ligeiramente mapeado tem efeitos importantes sobre o trabalho de assistentes sociais e a formação profissional. Mesmo reconhecendo seus limites, as políticas sociais e os equipamentos socioassistenciais delas resultantes exigem de assistentes sociais posições críticas e analíticas que lhes permitam fortalecer lutas e resistências pela garantia de direitos.

O debate das políticas sociais torna-se fundamental na formação profissional de assistentes sociais, tendo sido, inclusive, definido como o objeto da intervenção profissional no currículo de alguns cursos de graduação que fizeram suas revisões a partir da reconceituação do Serviço Social nos anos de 1990. Ainda que nas décadas seguintes a discussão sobre a matéria da atuação profissional tenha caminhado para a “questão social” em suas múltiplas expressões, a política social não perde sua importância no enquadramento dos espaços sócio-ocupacionais da profissão.

Desse modo, inseridas/os em muitas dessas políticas e/ou partícipes dos diversos movimentos e ativismos sociais ao longo das últimas décadas, assistentes sociais engajam-se nas pautas feministas, antirracistas, anti-cisheteronormativas, para citar apenas aquelas que viemos trabalhando nesse texto.

Conclusões

O debate histórico evidencia que corpos e sexualidades nunca são somente sobre novos achados científicos e discursos médicos. Estamos diante de duas questões – corpos e sexualidades – que espelham sem rodeios as marcas das nossas desigualdades estruturais e das saídas encontradas a cada momento histórico. Saídas que envolvem não somente o manejo de novas

formas de exploração e dominação pelo capital, mas que também expressam arranjos e resistências.

Análises de políticas sociais nesses termos - ou seja, que coloquem no plano das observações as evidências sobre o modo como relações sociais de classe, gênero, raça e sexualidade são afetadas por essas políticas - são importante estratégia de fortalecimento do projeto profissional de assistentes sociais em direção à emancipação humana. Mas, cabe a advertência de Butler (2017) de que, na direção de reforçar a defesa de proteção e do direito de existir e prosperar, precisamos nos apoiar numa “[...] nova ontologia corporal que implique repensar a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, a interdependência, a exposição, a subsistência corporal, o desejo, o trabalho e as reivindicações sobre a linguagem e o pertencimento social” (BUTLER, 2017, p. 15).

Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Ed. Pólen, 2019.

ALMEIDA, G. S. de. **Da invisibilidade à vulnerabilidade**: percursos do “corpo lésbico” na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e Aids. 2005. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva)-Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

ÁLVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 13-56, jan./jun. 2014.

BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, v. 3, p.458-463, 1995.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 246/2019**. Institui o “Programa Escola sem Partido”. Brasília (DF), 2019. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190752>.
Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 6.583/2013**. Instituí o “Estatuto da Família”. Brasília (DF), 2013. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>.
Acesso em: 10 abr. 2020.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. *In*: HOLLANDA, H. B. de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORRÊA, S. **Eleições brasileiras de 2018: a catástrofe perfeita?** Tradução de Angela Freitas. Rio de Janeiro: Sexuality Policy Watch, 12 nov. 2018. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2018/11/Cata%CC%81strofe-perfeita-mesclado.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.

CORRÊA, S. “Ideologia de Gênero’: rastros perdidos e pontos cegos. Seminário Gênero Ameaça(N)do, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 30 out. 2017. 1 vídeo (31min. 42seg.). Publicado no Canal SPW. Disponível em: <https://youtu.be/VWBj6GX2Umo>. Acesso em: 25 jun. 2020.

DAVIS, Â. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE ZORDO, S. A contracepção na Bahia vista da periferia: um olhar de gênero. O corpo da Nação: o planejamento familiar no Brasil, da Ditadura Militar aos dias de hoje. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., Coimbra, 2004. **Anais** [...]. Coimbra: Universidade de Coimbra: 2004. p. 1-17.

DUARTE, A. De Michel Foucault a Giorgio Agamben: a trajetória do conceito de biopolítica. In: SOUZA, R. T. de; OLIVEIRA, N. F. de. (Org.). **Fenomenologia hoje III: bioética, biotecnologia e biopolítica**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008.

DUARTE, L. F. D. O império dos sentidos: sensibilidade, sensualidade e sexualidade na cultura ocidental moderna. In: HEILBORN, M. L. (Org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p. 21-30.

GARCÍA, E. A. Aproximaciones a una fenomenología corporal de la experiencia técnica. In: SOUZA, R. T. de; OLIVEIRA, N. F. de. (Org.). **Fenomenologia hoje III: bioética, biotecnologia e biopolítica**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008.

GOMES, L. R. **Tendências da Pesquisa: sexualidade, diversidade sexual, e diversidade de gênero no Serviço Social (2013-2014)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa....** São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

hooks, b. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2019.

IRINEU, B. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 34, v. 12, p. 155-178, jul./dez. 2014.

- LAQUEUR, T. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2001.
- LE BRETON, D. **Adeus ao corpo**: antropologia e sociedade. 4. ed. Campinas: Papyrus, 2003.
- LOLE, A.; ALMEIDA, C. C. L. de. Neofascismo, hegemonia burguesa e agenda antigênero: perspectivas para lutas antifascistas. In: REBUÁ, E. *et al.* (Org.). **(Neo)fascismos e educação**: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula, 2020, p. 122-146.
- LOLE, A.; ALMEIDA, C. C. L. de. Políticas para mulheres e lutas feministas: os paradoxos da proteção social. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 46-60, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/13712/10930>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- LORDE, A. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- MARAFON, G. Análises críticas para desmontar o termo “ideologia de gênero”. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. esp., p. 117-131, 2018.
- MARTIN, E. **A mulher no corpo**: uma análise cultural da reprodução. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, ago. 2016.
- MISKOLCI, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, e185302, 2018.
- NOGUEIRA, C. M.; PASSOS, R. G. A divisão sociosexual e racial do trabalho no cenário da epidemia do COVID-19: considerações a partir de Heleith Saffioti. **Caderno CRH**, Salvador, v.33, p.1-9, 2020.
- OLIVEIRA, T. **A sexualidade lésbica**: prevenção e reconhecimento no campo da saúde sexual. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- ORLANDI, L. B. L. Corporeidades em minidesfile. **Unimontes Científica**. Montes Claros/MG, v. 6, n. 1, p. 43-59, jan./jun. 2004.
- PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RUBIN, G. **Pensando o sexo**: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. São Paulo: UBU Editora, 2017.

SARAIVA, M. S. **Estado, democracia, políticas públicas e direitos LGBT**. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2017.

SEGUNDO dados, brasileiros lideram ranking de realização de cirurgias plásticas. Portal Terra, 27 jul. 2021. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/segundo-dados-brasileiros-lideram-ranking-de-realizacao-de-cirurgias-plasticas.6569851c337fc38888230ab371c00558bp3sdhiz.html>. Acesso em: 30 jan. 2023.

VARIKAS, E. **A escória do mundo**: figuras do pária. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999.

Ana LOLE Trabalhou na concepção e delineamento, bem como na redação, revisão crítica e aprovação da versão do artigo a ser publicada.

Assistente Social formada pela Universidade Federal Fluminense, Mestra em Política Social pela Universidade Federal Fluminense, Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. É Editora Associada da Revista O Social em Questão. Integrou a Coordenação Nacional da International Gramsci Society Brasil (IGS-Br), exercendo a função de tesoureira, entre 2017-2022. Compõe a Red Latinoamericana y Caribeña de Estudios Gramscianos. Pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE/UFF) e no Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (TRAPPUS/PUC-Rio).

Carla Cristina Lima de ALMEIDA Trabalhou na concepção e delineamento, bem como na redação, revisão crítica e aprovação da versão do artigo a ser publicada.

Assistente Social formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestra em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, Pós-doutorado pelo Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU/UNICAMP. Foi tutora do Programa de Educação Tutorial da Faculdade de Serviço Social (FSS) da UERJ (PET/MEC) entre 2016-2019. Integrou o Comitê Editorial da Revista Em Pauta entre 2015-2022, exercendo a função de Editora Responsável da Revista Em Pauta entre 2020-2022. Lecionou disciplinas na área de Fundamentos do Serviço Social, Estágio Supervisionado em Serviço Social, Pesquisa, Gênero e Família na Graduação em Serviço Social e no Curso de Especialização Lato Sensu em Serviço Social e Saúde da FSS/UERJ. Coordenou o Núcleo de Estudos Família e Gênero, onde desenvolveu projetos de pesquisa e extensão; publicou estudos acadêmicos e científicos e orientou diversos trabalhos. Compõe a Rede de Pesquisa Família e Política Social (REFAPS). Atualmente integra o corpo docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ.
